

I CONGRESSO NACIONAL DA ALIANÇA

Évora, 09 e 10 de Fevereiro de 2019

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL - “UM PAÍS ÀS DIREITAS”

1º Subscritor: Pedro Santana Lopes

I. INTRODUÇÃO

Os Portugueses precisam de uma força que os convoque para mais participação cívica e melhor vida democrática. Faz sentido reconfigurar o quadro político nacional com um novo partido que, sob o compromisso de se constituir como promotor da mudança no sistema político, torne a afirmar o primado da dignidade da pessoa humana, em liberdade, com solidariedade. Empenhado em construir, com autenticidade no pensamento, substância na ação e esperança no desígnio.

Ademais, não podemos permitir que Portugal permaneça subjugado a uma agenda ideológica destruidora dos valores que constituem os alicerces culturais portugueses, ou reféns do Governo da Frente de Esquerda, propulsionado por forças radicais, como nunca Portugal conheceu até hoje, desde os tempos dos Governos Provisórios, há mais de quarenta anos.

Nasceu a ALIANÇA!

Congregadas vontades e definido o rumo, através de um trabalho intenso por todo o País, Regiões Autónomas e Comunidades Portuguesas, muitos foram aqueles que desde a primeira hora generosamente se juntaram, e o Partido viria a ser aprovado pelo Tribunal Constitucional a 23 de outubro passado. Desde então, são já milhares os Portugueses militantes e simpatizantes da ALIANÇA, assim como muitos aqueles que no quotidiano seguem e acompanham a nova força política.

Aqui chegados, este é o tempo, perante o Congresso Fundador, de apresentarmos a Moção Global de Estratégia da Comissão Instaladora Nacional, cujas linhas irão guiar o caminho político dos órgãos nacionais que vão ser eleitos, principalmente da Direção Política Nacional, assim como dos órgãos que estão a ser instalados, e dos próprios militantes e simpatizantes, regendo também este documento estratégico a nossa ação

perante todas as forças políticas e instituições (públicas, privadas e do setor social), assim como os Portugueses em geral.

Dizemos ao que vimos: queremos erguer um projeto político novo merecedor de adesão popular que permita a constituição de uma alternativa de governo no atual quadro político-partidário português.

A presente Moção não se substitui ao Programa do Partido nem ao Programa de Governo, que será apresentado antes das eleições legislativas de outubro próximo. Traçamos aqui as linhas de ação política a adotar pela Direção Nacional da ALIANÇA ao longo do mandato. É a nossa primeira Moção Global de Estratégia, pelo que este documento passará também a incorporar o património e a História do Partido.

Assim, faz sentido uma referência inicial à génese e ao percurso da ALIANÇA, desde a origem até este Congresso Fundador. Depois, elencaremos os eixos prioritários da ALIANÇA, apontando de seguida o nosso caminho para o ciclo eleitoral que se aproxima e que queremos disputar democraticamente, para que seja possível dar governo a Portugal!

II. GÉNESE DA ALIANÇA

A ALIANÇA é uma obra de cidadãos Portugueses ou que a nossa Pátria tenham feito sua, que acreditam que é chegada hora de defender e propor, decididamente, um novo rumo para o nosso País.

Orgulhosos da nossa História multissecular, cientes das nossas capacidades humanas e dos nossos recursos naturais, seguros do nosso potencial na Europa, confiantes no concerto das nações aliadas e entusiastas entre os nossos países-irmãos lusófonos, firmemente dispostos a encarar o futuro com otimismo, impende sobre todos nós a maior missão do nosso tempo: refundarmos o destino de Portugal!

A ALIANÇA assume a sua matriz fundacional. Um Partido Personalista, Liberal e Solidário. Assente no princípio inalienável da dignidade da pessoa humana, centro de toda a atividade pública. Defensora da iniciativa privada como motor do crescimento

económico, da inovação e do bem-estar. Comprometida com a solidariedade social, sem a qual não é possível criar comunidades fortes e coesas.

Portugal precisa de estabilidade, de normalidade e de decência cívica.

Os Portugueses não toleram mais um Estado de Direito Democrático apenas formal, que não o seja efetivamente material e substantivo. A ética não pode ser apenas apregoada nos discursos de circunstância mas praticada nas ações quotidianas, aquelas que constituem bom exemplo para os cidadãos. Defendemos, por isso, uma sociedade exigente. Exigente com todos. Exigente, em primeiro lugar, com quem é chamado a representar os Portugueses, seja no Parlamento Europeu, na Assembleia da República, no Governo, nos Órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas, nas Autarquias Locais e, em geral, em todos os lugares de serviço público. **Uma sociedade exigente tem que se bater pela afirmação da ética, da honestidade e de um combate, sem tréguas, à corrupção.**

A **ALIANÇA afirma-se no seio da sociedade portuguesa**, apresentando-se como defensora do necessário equilíbrio entre experiência e inovação. Um partido que pugna pelo dever de exercício da **cidadania e que encara o apelo da intervenção cívica** como resposta ao afastamento dos cidadãos da política e das instituições democráticas, pretendendo trazer para a vida pública os melhores em cada área.

Portugal precisa de atrair os melhores para a defesa do Bem-Comum.

Precisa de ter uma política de formação e captação de talentos que possam ser verdadeiros agentes da mudança na sociedade Portuguesa. A ação interna da ALIANÇA baseia-se nessa premissa: premiar e destacar o mérito na ação, combatendo vícios enquistados no sistema ao longo de mais de quatro décadas. A criação de uma Escola Política e de Cidadania, a **Academia Política**, é um pilar fundamental para a formação dos jovens na ALIANÇA.

A **ALIANÇA assume como verdadeiro desígnio nacional o crescimento económico acima dos 3% da média da União Europeia.**

Esta é uma condição central para a melhoria das condições de vida dos Portugueses. Temos que interiorizar esta mensagem e fazê-la passar à sociedade civil, como se de uma prova coletiva se tratasse. E trata!

O atual Governo, liderado pelo Partido Socialista, cedeu às pressões dos seus parceiros de extrema-esquerda, em diversas medidas que põem em causa o crescimento económico. Os resultados estão agora a ser cada vez mais expostos na praça pública. Medidas insensatas que põem em causa o esforço feito pelos Portugueses durante o período do resgate financeiro. Exige-se um caminho alternativo! Não podemos ser permissivos com preconceitos ideológicos impostos por esta Frente de Esquerda que apenas nos levam ao empobrecimento e ao definhamento da economia nacional!

Somos sempre solidários com os Portugueses. Mas não podemos transigir com um Governo que aumenta o peso do Estado enquanto, simultaneamente, perde capacidade de garantir as funções mais básicas da soberania.

Somos intransigentes na defesa da soberania de todo o território, na promoção da coesão social e territorial, ao nível das políticas públicas e na valorização do interior para o desenvolvimento do País.

O nosso ADN é democrático, assente na afirmação de uma sociedade inclusiva, baseada no mérito, na igualdade de oportunidades e no respeito integral das diferenças que compõem a nossa matriz cultural.

Não nos conformamos com o Portugal que temos hoje. Se nada fizermos, estamos condenados a legar às gerações vindouras um país hipotecado. Não o permitiremos. Nestes quatro meses iniciámos um caminho, da alternativa que queremos prosseguir, para substituímos a Frente de Esquerda que nos governa.

Criámos uma estrutura nacional e comissões instaladoras em todos os distritos, nas regiões autónomas e nas comunidades da diáspora. Este percurso tem agregado pessoas de todas as idades, de todas as condições socioeconómicas,

de todos os setores de atividade e pessoas provenientes de diversos quadrantes políticos.

Estivemos já presentes em momentos relevantes do País. Somos uma força política interventiva e ouvida. Assumimos, desde logo, a responsabilidade de firmar as nossas posições e apresentar as nossas ideias, em coerência com a nossa declaração de princípios.

Entre outras:

- Tomámos posição relativamente ao Orçamento do Estado para 2019 e elaborámos um documento, a que chamamos “Os sete pecados fiscais”.
- Não nos conformámos com o que se apurou sobre Tancos e exigimos consequências políticas ao Governo.
- Erguemos a nossa voz sobre o caos no SNS e o cumprimento das metas orçamentais, à custa da saúde dos Portugueses.
- Manifestámos posição sobre a tragédia de Borba, o desleixe dos bens e serviços públicos e a reverência do Governo perante Bruxelas.
- Expressámos as nossas preocupações relativamente aos efeitos do Brexit, especialmente para as relações comerciais com Portugal e para a vida de milhares de Portugueses que vivem e/ou trabalham no Reino Unido.
- Pedimos explicações sobre declarações inauditas da Ministra da Cultura.
- Apresentámos o nosso cabeça de lista às eleições para o Parlamento Europeu, de 26 de Maio próximo.
- Lançámos porta-vozes, que se pronunciaram sobre matérias como a polémica das falsas presenças na Assembleia da República, as condições degradantes dos reclusos, ou as dificuldades dos emigrantes Portugueses em conseguirem a documentação para receberem as suas reformas.
- Respondemos com a realidade dos factos à Mensagem de Natal do Senhor Primeiro-Ministro.
- Participámos em fóruns de intervenção e debate político, onde lançámos um grande desafio às forças partidárias e movimentos da sociedade que não se revêm na Frente de Esquerda.

- Manifestámos claro apoio às nossas forças de segurança, quando tal foi necessário.
- Fomos os primeiros a ir ao encontro de problemas sociais que a todos envergonham, como o Bairro da Jamaica, no Concelho do Seixal.
- Incitámos o Governo sobre a situação na Venezuela, apelando ao reconhecimento do Presidente Interino.
- Insurgimo-nos contra as dragagens no Rio Sado.

Entretanto, fomos recebidos pelo Senhor Presidente da República, por vários partidos com assento parlamentar, assim como diversos sindicatos, associações e confederações patronais.

Marcámos a agenda. Entrámos nas sondagens com 4%. Pese embora ainda sem representação parlamentar, a Aliança é hoje uma força credível e respeitada no quadro político nacional. Não somos ainda conhecidos de todos nem temos ainda a notoriedade que queremos.

A realização do I Congresso Nacional marca a nossa grande arrancada para chegarmos a um número cada vez maior de Portugueses. Estamos a desenvolver a nossa plataforma de comunicação e já iniciámos uma campanha de outdoors pelo País, com o slogan *“Um País às Direitas”*.

A realização do Congresso Fundador da ALIANÇA em Évora, o primeiro Congresso partidário alguma vez realizado no Alentejo, é um sinal que nos distingue e caracteriza.

Reiteramos:

A ALIANÇA nasce motivada pela urgência de invertermos o atual ciclo político e o combate à desertificação do interior é uma das nossas maiores causas fundadoras.

III. AS NOSSAS PRIORIDADES

A atual situação política, económica e social do País exige um espírito INOVADOR. Nesse âmbito, centramos o nosso foco em 10 eixos prioritários:

1. Crescimento e Competitividade

O crescimento económico e a competitividade do nosso setor produtivo devem constituir o grande desígnio nacional.

Perante a conjuntura internacional, a conclusão do programa de ajustamento financeiro e a atratividade da marca Portugal, o Governo dispôs de condições únicas para alavancar uma política de crescimento acima dos 3%, promovendo a criação de riqueza e atingindo um cenário de excedentes orçamentais. Tal situação não se verificou!

Os últimos 4 anos foram uma oportunidade desperdiçada! Portugal deveria estar a apresentar, nesta altura, excedentes orçamentais, através do crescimento da receita e não através de cortes ou cativações, muito menos em serviços essenciais às pessoas.

O Governo falhou!

Perante o cenário atual é inadmissível não existir na ação política um programa que patrocine a competitividade, o aumento e a melhoria da produtividade, que continua a 70% da média Europeia.

Sem crescimento não é possível assegurar o Estado Social, que tanto queremos manter.

Portugal não pode continuar a divergir da Europa.

Reconhecemos a capacidade de resiliência e o espírito criativo do nosso tecido empresarial. Temos, por isso, a obrigação de criar o ambiente e as condições propícias para o seu crescimento.

As empresas portuguesas são o motor de uma economia mais competitiva, mais criativa e mais produtiva, tanto para consumo interno, como para a internacionalização dos produtos nacionais.

O Estado deve dar o exemplo, comprometendo-se com três processos simples, mas essenciais: **descomplicar, criar confiança e estruturar uma política fiscal estável e competitiva**. A relação do Estado com as Empresas e com os Cidadãos deve pautar-se por estabilidade e transparência. **Só através do crescimento económico será possível ultrapassar o desequilíbrio permanente das contas públicas.**

2. Reduzir a Carga Fiscal

Os Portugueses têm de beneficiar dos seus rendimentos e confiar que aquela parte que é utilizada como imposto para as funções essenciais do Estado é gerida e aplicada eficazmente.

Hoje, os Portugueses e as Empresas vivem asfixiados por impostos. A ALIANÇA defende que **toda a margem orçamental disponível deverá ser orientada para a desoneração dos contribuintes.**

A sucessão e multiplicação de impostos aplicados não tem em consideração as despesas de cada agregado familiar. **A tributação sobre o trabalho pode chegar a representar mais de metade do rendimento!** E da parte desse rendimento que fica disponível para as Famílias, há ainda que pagar elevadíssimos impostos sobre o consumo, muitas vezes de bens essenciais.

Um Estado eficiente não vive à custa das Famílias.

Vive e atua em prol das Pessoas, garantindo que aquilo que cobra não se destina a cercear o direito fundamental de cada um usufruir do rendimento do seu trabalho.

O crescimento e a competitividade da economia Portuguesa dependem das Empresas.

Acreditamos que cabe ao Estado garantir as melhores condições para que as Empresas consigam prosseguir a sua atividade. Para tal, é fundamental **a redução do IRC**, permitindo assim às Empresas terem margem para investir, inovar e criar riqueza, elevando as marcas portuguesas e, conseqüentemente, **fomentando a criação de mais e melhor Emprego**. Tal permitirá potenciar a atração de investimento para o País, diversificando o setor empresarial produtivo em Portugal, apostando em recursos humanos mais qualificados.

A Política Fiscal deverá estar, também, ao serviço da coesão social e territorial. O Interior necessita de população, de empreendedores, de Famílias e de rejuvenescimento. Assim, há que definir e apostar em medidas de verdadeiro incentivo fiscal à fixação de Empresas nessas faixas do País.

A tributação do património deverá considerar a composição de cada agregado familiar, permitindo às Famílias viver de modo condigno, sem que o peso da tributação seja um fator limitador das suas decisões de vida mais importantes.

Em qualquer caso, o sistema fiscal deve ponderar inovação e estabilidade: **sem previsibilidade não há sustentabilidade**. E sem uma justiça fiscal célere e eficaz, o Estado constituirá sempre um entrave à iniciativa económica, pilar fundamental para o crescimento do País.

3. Mais e Melhor Saúde

A ALIANÇA defende uma mudança significativa no modelo de organização e gestão da Saúde. Perante a falência do Serviço Nacional de Saúde, a morosidade na marcação de consultas e exames, a ausência de diversos medicamentos nas farmácias, as sucessivas demissões nos órgãos de gestão dos hospitais e as consecutivas greves no setor, importa priorizar uma intervenção no modelo de Saúde em Portugal.

Este Governo tem sido responsável por um ataque financeiro cerrado ao Serviço Nacional de Saúde.

Ignorando as necessidades dos Portugueses, tem transferido menos verbas para o SNS. **Quando está em causa a Vida dos Portugueses, não pode subsistir uma política de cativações e conflito constante entre o Governo e os milhares de profissionais que diariamente trabalham para prestar o melhor serviço possível aos seus concidadãos.**

A Saúde é a principal fonte de preocupação e de insegurança dos Portugueses. É um setor vital para o funcionamento da Sociedade e onde o Estado não pode falhar.

Defender o Serviço Nacional de Saúde requer assumir com frontalidade que o mesmo se encontra em desagregação e falência. A situação exige uma ação clara, desprovida de dogmas sobre a natureza pública ou privada dos prestadores.

Os próximos anos serão decisivos para recuperar o Serviço Nacional de Saúde. **Queremos proteger os Portugueses. Todos os Portugueses pagam, através dos seus impostos, o Serviço Nacional de Saúde,** sem conhecer, de forma detalhada, o custo de cada serviço utilizado. Logo, sem poderem **exigir mais qualidade e maior eficiência no seu funcionamento.**

A reorganização do Serviço Nacional de Saúde deve ter presente a complementaridade entre **entidades públicas, privadas e do terceiro sector,** com o objetivo de **garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis.** Ao mesmo tempo, deve ser assegurada a promoção **da Medicina Preventiva, através da promoção de hábitos de vida saudáveis e de uma política de educação que incentive a prática desportiva generalizada.**

A ALIANÇA defende o modelo de financiamento para a saúde assente na generalização dos seguros de saúde que fomente a igualdade de acesso dos cidadãos aos prestadores convencionados.

4. Combate à Corrupção

A corrupção estrutural e transversal a vários setores da Sociedade corresponde a um dos maiores entraves à promoção do mérito e ao estabelecimento de uma relação de transparência entre o Estado e os Cidadãos.

Sem demagogias, o combate à corrupção tem de estar na linha da frente do debate público.

A ALIANÇA defende que Portugal tem de constituir um exemplo da transparência e do bom funcionamento da justiça no contexto europeu. **As boas práticas, a ação com base no rigor e na ética, são fundamentais para reconquistar a confiança dos Cidadãos Portugueses e o prestígio e reputação do País no mundo.**

Os últimos anos foram demasiado marcados por casos que colocam em causa o funcionamento do sistema político e a confiança dos Portugueses nas Instituições do País, existindo hoje uma nuvem negra a pairar sobre a ação do sistema político e de outros setores da sociedade. **A ALIANÇA não compactuará com práticas danosas do interesse público.**

No ano de 2018 Portugal ocupava a 30ª posição no Índice de Perceções de Corrupção (publicado pela Transparency International), o que significa que se encontra atrás da média europeia (Europa Ocidental e U.E.), atingindo apenas 64 pontos em 100 possíveis.

No Estado moderno, assente no respeito pela legalidade, não pode existir qualquer trégua no combate à corrupção.

5. Coesão Social e Territorial

A ALIANÇA assume o desenvolvimento igualitário de todo o território nacional como uma prioridade de ação para os próximos anos.

A soberania, a presença e a ação do Estado devem ser asseguradas com os meios necessários a todas as parcelas do território.

O **progressivo despovoamento**, o **abandono do Interior**, o processo de **desertificação das nossas terras** e o **exponencial empobrecimento dos Cidadãos mais desprotegidos** exigem um plano de ação que tenha como prioridade **incrementar a coesão social e territorial**.

A ALIANÇA defende uma política específica de promoção do investimento em territórios que dele necessitem, com a **definição e a adoção de políticas fiscais incentivadoras para a atração de capital e de recursos humanos para estes territórios**.

Sabemos que a população só se desloca para territórios onde existem ofertas de emprego e serviços públicos que garantam a melhor qualidade de vida possível. **O Estado deve, igualmente, apostar na descentralização, desconcentração e deslocalização de serviços e atividades para o interior, fazendo uso da “era digital” para ultrapassar antigas barreiras físicas.**

O Estado tem a obrigação de assegurar o desenvolvimento e a qualidade de vida em todo o seu território, pelo que urge uma ação descomplexada de investimento no Interior, dinamizando e desonerando as vias de acesso ao mesmo, bem como fomentando o **investimento na Ferrovia**, tanto abandonada nas últimas décadas.

O Estado tem a responsabilidade de aproximar o País dos Portugueses, garantindo coesão territorial e, conseqüentemente, mais coesão social!

6. Cultura, Inovação e Mar

A ALIANÇA aposta no trinómio Cultura, Inovação e Mar para o desenvolvimento de um **programa de crescimento e de afirmação de um País que ouse estar à altura do papel que pode desempenhar Mundo**. É nesta tripla dimensão que deve estar balizada a ação de Portugal e a vida em comunidade, numa **harmonia entre a nossa matriz histórica e cultural, a nossa posição geográfica e os desafios da modernização e das novas tecnologias**.

O Mar como vetor estratégico, motor da Identidade e do progresso nacional, alicerce da presença de Portugal no Mundo e porta de entrada na Europa. A ALIANÇA considera vital aproveitar a maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Europa, cumprindo uma **estratégia para o Mar e Oceanos**, potenciando os recursos marinhos existentes, no pleno respeito pelo ambiente e pelas características endógenas naturais.

A Inovação como pilar do desenvolvimento e do crescimento, em parceria com as Universidades e os Centros de Investigação, pólos de conhecimento, para a definição das ferramentas do nosso Futuro. Um setor alicerçado na **captação de talentos, na promoção da qualidade e na aposta nas novas tecnologias e nas startup`s**.

O País tem a obrigação de saber aproveitar conjunturas internacionais favoráveis e a capacidade de adaptação dos nossos profissionais, afirmando-se **como vanguarda no Conhecimento, na Ciência e na Investigação**.

A Cultura como matriz identitária de um Povo, no respeito pelas tradições, usos e costumes das comunidades, valorização do património e promoção das artes. **A ALIANÇA acredita numa política cultural assente na afirmação do Ser Humano como produtor e transmissor de cultura**. A nossa Identidade e as nossas raízes culturais constituem a essência de Portugal, pelo que o **Estado deve estimular e apoiar a criação cultural, adotando modelos de gestão criativos e sem preconceitos**.

Esta abordagem não pode ser efetuada sem um olhar atento aos recursos existentes, num justo **equilíbrio entre a produção cultural e os recursos financeiros, materiais e humanos** existentes, para a promoção de uma **política cultural transversal** a todo o território.

A ação do Estado deve ser realizada em parceria e em cooperação com os agentes privados, as empresas, os criadores culturais, as fundações, as universidades e as diversas associações culturais, sempre numa perspetiva de incentivo e não limitação ou condicionamento, que se afirma como expressão livre dos seus produtores.

7. Educação para a Civilização

A Educação constitui o pilar fundamental de qualquer Sociedade.

No atual contexto global de competitividade, de exigência e de especialização, Portugal tem que apostar numa **formação que instrua cidadãos mais cultos e mais aptos a exercer os seus talentos.**

Nas últimas décadas **o País tem sido um laboratório de experiências educativas.** Assistimos, incrédulos, à reconfiguração permanente da Educação, sem rumo e sem consideração pela estabilidade da comunidade escolar e os interesses dos Alunos, Professores, Famílias e demais agentes de ação educativa. **Em 2017 mais de 29% da população Portuguesa (acima dos 15 anos) tinha apenas o Ensino Básico. Portugal é o 5º país da OCDE com a taxa de abandono escolar mais elevada.**

A ALIANÇA quer inverter este ciclo. Defendemos **um sistema educativo que promova a igualdade de oportunidades e que valorize o capital humano**, assente no mérito, no trabalho e na disciplina. **Um sistema promotor da individualidade em benefício da comunidade.**

Queremos um ensino universal de qualidade, tendo presente a especificidade das regiões e os diferentes ciclos de ensino. Defendemos um ensino que valorize a **Liberdade de escolha**, promovendo, sem discriminar, o ensino tecnológico e profissional, o ensino científico-humanístico e o ensino artístico.

É crucial apostar na **descentralização do sistema educativo**, permitindo uma maior **autonomia das escolas**, responsabilizando-as, em simultâneo com as autarquias, pelo respetivo processo de gestão e administração.

A ALIANÇA considera que **a sustentabilidade do sistema de Ensino deverá ser garantida em solidariedade com os que mais precisam.** Nesse sentido, haverá que distinguir os custos para cada Família em função dos respetivos rendimentos.

O caminho da excelência implica um sistema educativo estável, pelo que é fundamental **responsabilizar os decisores políticos** a longo prazo, promovendo um **Pacto de Regime, centrado na valorização do Indivíduo.**

8. A Reforma do Sistema Político

A consolidação da nossa Democracia só pode ser efetivada com uma mudança profunda na relação entre eleitos e eleitores.

O contínuo afastamento dos cidadãos da vida política, associado a um baixo nível de confiança nas instituições e a um crescimento significativo da abstenção eleitoral, representam um entrave à qualidade da Democracia, pondo em evidência a falta de identificação dos Portugueses com os seus representantes.

Exige-se uma abertura do sistema político e eleitoral à sociedade. Abertura, essa, que deve assentar em três eixos: a representatividade, a governabilidade e a qualidade da democracia.

As eleições legislativas de 2015 ficaram marcadas por mais de 700 mil votos desperdiçados, facto derivado da composição do sistema eleitoral e da aplicação do método de Hondt. **A ALIANÇA defende a introdução de um sistema eleitoral que combine círculos uninominais e um círculo nacional de compensação. Só com essa alteração conseguiremos garantir a escolha direta dos nossos representantes e, simultaneamente, assegurar a pluralidade político-partidária.**

No sentido de melhorar a qualidade da representação, **a ALIANÇA defende a redução do número de deputados, tal como permite a Constituição da República Portuguesa**, bem como a **limitação de mandatos**, promovendo a necessária renovação do Parlamento.

Para assegurar e promover uma maior representação do território e dos Portugueses, **a ALIANÇA defende a criação do Senado**, sendo o número de Senadores determinado em função da redução do número de deputados na Assembleia da República.

A vitalidade da Democracia Portuguesa é um imperativo nacional.

O reforço da legitimidade dos nossos representantes faz-se através da **defesa de um sistema que premeie os melhores e mais capazes**. A **Democracia é uma conquista diária**, através da ação dos seus agentes e do exercício de uma cidadania mais ativa, responsável e participativa.

9. Uma Nova Voz na Europa

A Europa vive um período de incerteza, entre as consequências do Brexit e o crescimento dos movimentos populistas e extremistas, contrários aos valores intrínsecos do projeto europeu. Também aqui verificamos uma **incapacidade crónica de garantir uma efetiva coesão social e económica entre todos os Estados membros**, o que constitui um sério entrave à construção de identidade e efetiva cidadania europeia.

Defendemos o projeto Europeu, assumimos e partilhamos a matriz dos valores que estão na base da União Europeia, mas **não cedemos na defesa intransigente dos interesses de Portugal** e no **reforço constante da coesão económica e social, respeitando a soberania e identidade de cada Estado**. A União Europeia deve ser palco desse trabalho colaborativo, evitando um círculo decisor por parte de qualquer diretório central. **A Europa não pode ser um comboio a várias velocidades**, sendo importante defender políticas comuns no domínio da agricultura, da indústria, do ambiente, dos transportes e de todos os setores fundamentais para um crescimento coeso e transversal em todas as regiões do continente.

A Democracia e a plena convergência entre os Estados membros são fatores decisivos para a consolidação da União Europeia.

A presença de deputados eleitos pela ALIANÇA no Parlamento Europeu significará uma **nova Atitude e uma voz mais exigente na defesa dos interesses dos Portugueses na Europa**. Importa refundar o projeto Europeu, sob a sua matriz identitária: **“Unidos na Diversidade”**. Importa, por isso, **aproximar os Portugueses das questões europeias**, que são suas, **combatendo a abstenção crónica nestas eleições**.

A Europa da Liberdade, da Democracia, da Solidariedade, da Justiça e da Igualdade de Oportunidades é a nossa Europa!

Trabalharemos para uma melhor Europa, valorizando o **princípio da subsidiariedade**, ou seja, reforçando o **papel dos órgãos nacionais em todas as matérias que possam ser decididas no contexto interno**, promovendo um novo equilíbrio no processo de decisão entre os Governos, os Parlamentos nacionais, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu.

A afirmação da Cidadania Europeia, partilhada com a Cidadania Nacional, permitirá esse caminho de exigência e de defesa dos interesses dos Portugueses. Porque a Europa é Portugal!

10. Portugal no Mundo

Portugal assume pela sua História, pela sua génese, pela sua posição geográfica, uma **vocação atlântica, lusófona e universal**. Afirmar Portugal implica abrimo-nos a esta dimensão irrenunciável.

A presença de Portugal no Mundo deve estar alicerçada na **defesa dos interesses culturais e geoestratégicos**, no **respeito pelos compromissos internacionais com os países e organizações aliadas**, no acompanhamento das novas potências e equilíbrios internacionais.

Portugal deve contribuir para o **reforço da Aliança Atlântica**, espaço de partilha dos valores democráticos, tendo como vetor estratégico o Mar, fator determinante para a nossa Política Externa.

A aposta na **valorização e divulgação da Língua Portuguesa**, como elemento identificador da nossa Identidade e da nossa presença no Mundo, deve ser desenvolvida no âmbito da CPLP, através do **reforço das relações com os países de língua oficial Portuguesa** e da **dinamização das relações com as Comunidades Portugueses e luso-descendentes**.

Perante um **quadro internacional cada vez mais complexo e competitivo**, a posição de Portugal deve ser pautada pelo **respeito pelo Direito Internacional** e pela **defesa dos Direitos Humanos**. Uma posição que sai reforçada pela presença significativa de Portugueses em diversas instâncias internacionais.

Colocamo-nos ao serviço dos valores universais, apreciando as diferenças, no respeito pelo meio ambiente e na promoção da paz.

IV. OS DESAFIOS ELEITORAIS DA ALIANÇA

A ALIANÇA assume o compromisso de se apresentar aos Portugueses como a Alternativa Política. Vimos para construir aos níveis local, regional, nacional e europeu.

O ano de 2019 será marcado por três atos eleitorais decisivos para o futuro de Portugal: eleições europeias, em Maio. Eleições legislativas regionais, na Madeira, em Setembro. Eleições legislativas nacionais, em Outubro.

A ALIANÇA apresentará listas próprias aos três atos eleitorais.

Após o Congresso, o empenho da ALIANÇA nas eleições que se sucedem em 2019 não nos impedirá de começar a preparar também as eleições legislativas regionais dos Açores, em 2020, assim como as eleições autárquicas de 2021. Encaramos ainda o posicionamento da ALIANÇA face às eleições presidenciais.

Sendo **o primeiro dos desafios eleitorais de muito importe para Portugal e para a Europa**, apresentámos, em dezembro passado, o nosso cabeça de lista às eleições para o Parlamento Europeu de 26 de maio próximo. **A nossa lista apostará na renovação, devendo integrar a nossa lista escolhas efetuadas com base no mérito das pessoas, vida profissional autónoma, sucesso nas respetivas atividades e sério conhecimento das matérias.**

O caminho de afirmação de Portugal e a defesa de uma maior coesão social e económica entre os Estados da União Europeia exige uma nova voz e, como referimos, uma nova atitude de Portugal na Europa. **De matriz europeísta, não nos**

coibimos de defender os interesses e a visão de Portugal, com a certeza de que mais Portugal representa sempre melhor Europa. Não estamos dispostos a seguir cartilhas nem dogmas.

A importância que a ALIANÇA atribui à Autonomia Regional assume especial significado com as eleições regionais na Madeira, onde se vive um tempo político sem paralelo naquela Região Autónoma. **Aproxima-se um novo ciclo político, em que a ALIANÇA será chamada a exercer as suas responsabilidades no quadro resultante do parlamento regional, para tanto apresentando-se às eleições com um projeto e uma equipa inovadoras, procurando mobilizar os sectores mais dinâmicos da sociedade madeirense e portosantense, os quais em vez de um mero rotativismo pretendem optar por uma verdadeira Alternativa, com renovadas energias e novos métodos.**

Para as eleições legislativas nacionais de outubro, a ALIANÇA irá apresentar-se aos Portugueses com a profunda convicção de que a política deve ser feita por causas, por princípios e por valores. Apresentaremos o nosso Programa em linha com os grandes eixos enunciados na presente Moção Global de Estratégia e concorreremos a todos os círculos eleitorais, onde queremos ter os melhores connosco, **a fim de obtermos resultados que nos permitam um papel expressivo na vitória das forças democráticas do bloco de centro/direita sobre a Frente de Esquerda.**

Sobre essa questão, da maior seriedade para Portugal e os Portugueses, a ALIANÇA já propôs a constituição de uma Coligação pós-eleitoral, que assegure uma nova maioria no Parlamento, apta a dar suporte a uma Alternativa Democrática e Patriótica de Governo.

Importa agora que as outras forças políticas se disponibilizem para prosseguir uma via confluyente com esse objetivo. Esta matéria reveste a maior importância. Depois do que se tem passado nas últimas décadas no nosso País e tendo em conta aquilo que se passa na Europa, ou Portugal apanha o comboio do crescimento relativamente à média europeia, ou podemos ficar irremediavelmente para trás, pelo que se torna tão importante o surgimento dessa Alternativa.

A ALIANÇA acompanhará a ação do Senhor Presidente da República com os diversos órgãos de soberania e a relação de cada um deles com o Povo Português. A ALIANÇA também acompanhará, naturalmente, a ação do Senhor Presidente da República nesta segunda fase do seu mandato.

A ALIANÇA deve ser especialmente exigente com o Chefe do Estado, pelas responsabilidades constitucionais que lhe estão atribuídas. O exercício de tais funções deve mobilizar o País para as grandes causas da Comunidade Nacional. Assim se espera que aconteça na segunda metade do mandato presidencial.

O ano que passou foi complexo no que respeita a uma apreciação da atuação do PR. O Chefe de Estado conquistou popularidade, fez bem à autoestima dos Portugueses, foi próximo, generoso e afetuoso. Surgiu, talvez demais, em salvação do Governo. Mas também soube ser exigente com o Executivo, normalmente nos casos mais graves.

Espera-se agora, no tempo que falta para concluir o mandato, que o PR se empenhe mais que na habitual solidariedade com o Governo, na prossecução dos grandes desígnios nacionais, como sejam o crescimento económico, a coesão territorial e as mudanças na Justiça.

Em devido tempo, a ALIANÇA fará o balanço necessário e tomará uma decisão sobre as eleições presidenciais.

V. UM PAÍS ÀS DIREITAS

A afirmação da ALIANÇA em todo o território nacional, nas regiões autónomas e nas Comunidades Portuguesas constitui uma prioridade para os órgãos nacionais do Partido, em especial para a Direção Política Nacional, num processo gradual de crescimento, implantação e aprofundamento do conhecimento específico sobre cada realidade. **Queremos que a ALIANÇA se torne num grande partido político português e dure várias gerações!**

Tudo faremos para constituirmos uma Alternativa Democrática e Patriota que assuma a bipolarização e substitua a Frente de Esquerda. Declaramos a nossa disponibilidade para integrar um governo de centro/direita, em defesa das liberdades democráticas e do crescimento económico, partindo da inviolabilidade da dignidade da pessoa humana, da importância da liberdade económica e da iniciativa privada, e a existência de um Estado forte nas funções de soberania, solidário com os que menos têm e mais precisam.

Precisamos de um Estado que seja cumpridor, que dê o exemplo na organização, disciplina e aprumo dos serviços públicos relativamente ao qual todos possamos confiar enquanto referencial de autoridade e cultura cívica.

Reiteramos o nosso compromisso com a criação de condições propícias ao crescimento económico, a redução da carga fiscal sobre as Famílias e as Empresas, a defesa do Serviço Nacional de Saúde, o combate à corrupção, a coesão social e territorial, a aposta na Cultura, na Inovação e no Mar, um sistema educativo de excelência, um lugar na Europa e no Mundo com uma sociedade mais interventiva, participativa e exigente do ponto de vista cívico e político.

Este é o momento de Intervir. O momento de Participar. O momento de Assumir as nossas responsabilidades cívicas. Lutar por Portugal. É aqui. É agora. **Acreditamos em nós. Acreditamos nos Portugueses. Acreditamos em Portugal.**

Vamos pôr o nosso País às Direitas!